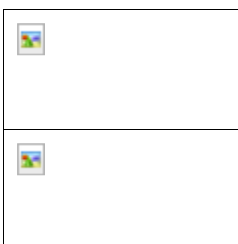
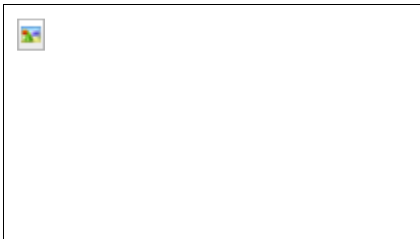


digite a palavra-chave



- [Paraíba](#)
- [Política](#)
- [Economia](#)
- [Esportes](#)
- [Brasil](#)
- [Fale Conosco](#)

Últimas - Paineis Destaque

[Data: 24/11/2011](#)

[Prefeitura de João Pessoa comemora diplomação de mais 2.642 alunos do 'Brasil Alfabetizado'](#)

[Data: 24/11/2011](#)

[Ingerir pouco sal também faz mal](#)

[Data: 24/11/2011](#)

[CCJ da Câmara contraria Dilma e dá reajuste a juízes](#)

[Data: 23/11/2011](#)

[Estação da Moda da Capital mostra coleção no 'João Pessoa Fashion Week'](#)

[Data: 23/11/2011](#)

[Assembleia manda sustar valores pagos irregularmente a 101 servidores](#)

[Data: 23/11/2011](#)

[Cássio cobra do governo federal investimentos em segurança aérea](#)

[Data: 23/11/2011](#)

[Prefeitura da Capital ganha prêmio por modelo de execução do Programa Compra Direta](#)

Painel Destaque

[Diminuir Fonte](#)

A

[Aumentar Fonte](#)

[Imprimir](#)

[RSS](#)

[Voltar](#)

CCJ da Câmara contraria Dilma e dá reajuste a juízes



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou nessa quarta-feira (23), recursos de R\$ 2 bilhões para assegurar aumento salarial aos ministros do Supremo Tribunal Federal e aos servidores do Judiciário. A proposta aprovada destina o dinheiro, por meio de uma emenda de comissão, ao Orçamento da União de 2012 para custear o pagamento do reajuste, previsto em projetos em tramitação na Câmara.

Além dessa emenda, a CCJ também aprovou outras três somando mais R\$ 330 milhões para serem gastos em despesas do Judiciário e Fundo Partidário. A CCJ é presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP), réu no processo do mensalão.

"Houve uma decisão política da comissão de, em vez de optar por beneficiar outras áreas, direcionar o dinheiro para o Judiciário", disse o deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA).

Por conta dos salários, o presidente do Supremo, Cezar Peluso, entrou em atrito com a presidente Dilma Rousseff, que não inclui previsão de aumento para o Judiciário no projeto do Orçamento enviado ao Congresso. Após pressão, o Planalto enviou posteriormente um ofício comunicando oficialmente o Legislativo do pleito do outro Poder, mas reforçando sua contrariedade.

A comissão, na justificativa para a destinação dos recursos, argumenta que a magistratura acumula uma perda inflacionária de 21,11%, no período de 2006 a 2011. A finalidade dos recursos, completa a comissão, é viabilizar a aprovação dos dois projetos, propondo reajuste para os ministros do Supremo e o projeto que estabelece o aumento salarial dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Reajuste. Em agosto, Peluso encaminhou projeto à Câmara propondo um índice de 4,8 % de reajuste nos subsídios dos ministros. A proposta não anula, segundo o ministro, a enviada em 2010 ao Congresso, que prevê um aumento de 14% -

dos atuais R\$ 26.723,13 para R\$ 30.675,48.

Fonte: Agência Estado

[ENVIAR POR EMAIL OU INDIQUE UM AMIGO](#)



[You tube](#)

[Orkut](#)

[Twitter](#)

- [Anuncie](#)
- [Fale Conosco](#)
- [Política de Privacidade](#)

[Softcom Tecnologia](#)

© Copyright 2009, PB HOJE - Todos os direitos reservados.
email:contato@pbhoje.com.br